



COMENTÁRIO DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
SOBRE O ESTUDO **BIODIVERSIDADE 2030 - GUIA PARA A ABORDAGEM PORTUGUESA PARA O
PERÍODO PÓS-METAS DE AICHI**

21 de dezembro de 2021

O Gabinete do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes, solicitou a auscultação dos membros do CNADS sobre o estudo **Biodiversidade 2030 - Guia para a Abordagem portuguesa para o período pós-metas de Aichi**. O documento é apresentado pelo MAAC como um estudo que decorre do Contrato “Biodiversidade 2030: Contributos para a abordagem Portuguesa para o período pós-metas de Aichi”, tendo envolvido uma equipa multidisciplinar liderada pelo Prof. Miguel Bastos Araújo com o objetivo de elaborar documentos técnicos de apoio à consciencialização e à tomada de decisão política para direcionar as políticas nacionais na área da Biodiversidade. Na altura da assinatura do protocolo celebrado entre o MAAC e a Universidade de Évora para a elaboração deste Estudo, a comunicação social deu visibilidade ao acontecimento anunciando um trabalho que antecedia a Presidência Portuguesa da União Europeia e para ser executado num período de dois anos, ou seja, até setembro de 2022. Assim, entendemos este Estudo como um documento em progresso.

No dia 13 de dezembro, em sede de reunião plenária, o CNADS criou um Grupo de Trabalho, constituído pelos conselheiros António Abreu, Maria Teresa Andresen e João Joanaz de Melo, com vista à análise da documentação e à elaboração de uma proposta de comentário. O CNADS deliberou, ainda, que o comentário seria debatido e aprovado por correio eletrónico, uma vez que o Gabinete solicitou uma resposta urgente. Salienta-se que os conselheiros Miguel Bastos Araújo e Emanuel Gonçalves não participaram na apreciação e votação do presente Comentário, considerando o seu envolvimento na elaboração do Estudo em análise.

Não tendo sido possível precisar o contexto e os objetivos específicos associados à solicitação deste Estudo, e perante os elementos disponíveis, não se conseguiu identificar com a clareza desejável o propósito e alcance do Estudo e seus resultados. No prefácio do Estudo lê-se que este “... pretende dar um contributo para o virar de uma página em matéria de diagnóstico de padrões e tendências sobre biodiversidade”, o que permite antecipar um propósito ambicioso, exigente em recursos e ao encontro da constatação da insuficiência das tradicionais medidas de conservação para travar a perda de biodiversidade dos horizontes 2030, 2050 e 2100 (p. 64).

O subtítulo que consta na capa do Estudo, “Guia para a abordagem portuguesa para o período pós-metas de Aichi”, pressupõe a identificação clara e sistemática de resultados do processo associado ao cumprimento das metas de Aichi em Portugal, assim como de uma revisão-síntese da participação e posição nacional nos processos técnicos e negociais associados ao cumprimento das metas de Aichi e demais programas e iniciativas, designadamente no quadro da Convenção sobre a Diversidade Biológica, IPBES, Rede Natura 2000, Programa MaB, entre outros. Por outro lado, seria oportuno integrar as orientações e metas do Plano de Ação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 (ENCNB 2030).



Em termos organizativos, o documento apresenta alguns desequilíbrios, seja no detalhe com que trata diferentes matérias, seja na articulação de conteúdos entre o Relatório Global e os Suplementos. Pensa-se que uma revisão adequada do documento com uma apresentação clara dos propósitos do Estudo em muito beneficiaria o seu impacto. Sendo reconhecido que há um défice de informação científica no que diz respeito às espécies e aos habitats, o Estudo não evidencia um caminho claro para colmatar essa lacuna ao nível da recolha, sistematização, divulgação e utilização da informação de base no suporte à conservação e utilização sustentável da biodiversidade.

O Estudo tem o mérito assinalável de agregar o mar, o ambiente terrestre, águas interiores e costeiras, não deixando, por isso, de evidenciar devidamente os desafios próprios de cada um e de manter uma dimensão didática bem fundamentada e resultante de um notável exercício de síntese de matéria vasta e complexa de natureza científica e política (internacional, europeia e nacional) colocada em linguagem acessível (o que não significa que seja facilmente assimilada). No âmbito do conceito alargado de gestão de Áreas Classificadas, releva-se ainda o esforço de procurar introduzir rigor entre conceitos, nomeadamente ordenamento do território, gestão (ativa) da biodiversidade e governança, na respetiva utilização dos mesmos e na preocupação com a mobilização de bases de dados relativas às Áreas Classificadas.

O Estudo tem um enfoque na temática da correlação entre o clima e a biodiversidade e, consequentemente, na adaptação às alterações climáticas. A estratégia propositiva assenta particularmente na criação de uma Estrutura de Adaptação Climática da Biodiversidade (EACB), e apresenta propostas de configurações alternativas. Embora o documento aborde as implicações com figuras, como, por exemplo, a Reserva Ecológica Nacional (REN), não nos parece justificada a necessidade de criação de mais uma nova figura sem uma clara avaliação das suas implicações, nomeadamente o seu contributo para a já existente descrença na teia regulatória atual (como exemplo, repare-se também na introdução de um novo conceito de 'corredor de conectividade climática'). Aliás, o documento faz referência à "atualização do quadro concetual da REN" (p. 67), o que deverá decorrer de uma outra circunstância que não do presente Estudo, embora ele possa ter o mérito de contribuir para evidenciar essa necessidade.

O Estudo vem acompanhado de Suplementos, entre eles o segundo, que deixam vislumbrar o volume de bases de dados mobilizadas (usos de solo, espécies, gestão da água, etc.) assinalando que têm um cariz exemplificativo e que estão incompletos. Não sendo possível uma apreciação global, no entanto, regista-se o esforço de trabalho ao nível do descritor uso e ocupação do solo, mas estranha-se a insistência em análises evolutivas de mega classes de ocupação de solo que sabemos desajustadas a instrumentos para uma gestão ativa e eficaz da biodiversidade (e outros fins) e sem consequência necessária ou ajustada para o resultado dessa gestão. Por outro lado, manifesta-se estranheza por um documento desta envergadura não dar um lugar central aos incêndios rurais e às suas implicações na conservação e gestão da biodiversidade.

Tal como se apresenta, o documento não aponta políticas nem define prioridades e deve ser entendido como um contributo com um corpo de ação coerente e enriquecedor que permita alcançar os propósitos a que se propõe. As propostas relativas ao modelo de financiamento, com abordagens inovadoras, carecem de análise mais abrangente, intersetorial, considerando enquadramentos e aspetos fundamentais orgânicos e funcionais.



Nesta oportunidade, o CNADS reitera a necessidade de:

1. Incluir no Estudo uma análise relativa ao grau cumprimento das metas de Aichi em Portugal e do que daí possa resultar como aprendizagem para o futuro, seja no domínio da formulação de orientações estratégicas, seja de medidas específicas de ação. Do mesmo modo, a análise de contexto e a relação com o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030 poderiam constituir-se como perspetiva a considerar no Estudo, facilitando a sua integração e o seu contributo para a evolução das políticas de conservação em Portugal.
2. Integrar no Estudo, e, conseqüentemente, num eventual roteiro para a abordagem à biodiversidade no período pós-metas de Aichi, a consideração de conhecimento e investigação científicos associados à conservação e gestão da biodiversidade, em particular na Rede Nacional das Áreas Protegidas, com propostas concretas de interligação entre os setores da investigação e conservação.
3. Promover um debate nacional alargado e adequadamente informado, sobre a conservação da natureza e biodiversidade, para o qual o Estudo agora disponibilizado constituiria um contributo muito positivo, dada a extensa compilação de informação produzida e profundidade de análises realizadas a que acresce a consideração integrada da biodiversidade terrestre, aquática e marinha.

O CNADS manifesta-se disponível para continuar a acompanhar o desenvolvimento que este Estudo possa vir a assumir e disponibiliza-se para participar ativamente na promoção do diálogo abrangente e informado de que há muito a biodiversidade e a conservação da natureza em Portugal carecem.

[Aprovado em 21 de dezembro de 2021, por maioria, com 26 votos a favor, expressos através de correio eletrónico]

O Presidente

a) Filipe Duarte Santos